

Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade

Sonia Regina Vargas Mansano¹
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: No decorrer desta apresentação, percorreremos as noções de sujeito, subjetividade e modos de subjetivação a partir das considerações feitas em algumas obras de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault. Cada um desses conceitos está presente de diferentes maneiras em muitas pesquisas realizadas pela área de Psicologia, demandando, então, uma apreciação sobre as implicações teóricas e filosóficas que eles colocam. Assim, nesta exposição, será possível constatar o quanto os conceitos mencionados são utilizados por esses autores com o objetivo de investigar por quais caminhos a vida pode ser liberada e analisada, a partir de novas perspectivas.

Palavras-chave: sujeito; subjetividade; modos de subjetivação.

Convidada a falar sobre o tema “Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade” neste evento² encontrei, no mínimo, uma tarefa difícil, visto que cada um dos conceitos mencionados neste título requer uma apreciação cuidadosa sobre as implicações colocadas pelos teóricos que deles trataram e sobre as maneiras como podem ser resgatados para compor pesquisas em Psicologia.

Assim, no decorrer desta apresentação, recorrerei a três pensadores da Filosofia francesa: Félix Guattari, Michel Foucault e Gilles Deleuze. Trata-se de um recorte, uma vez que tanto a Psicologia quanto as Ciências Humanas produziram estudos sobre os conceitos aqui referidos, abrindo um amplo leque de possibilidades a partir do qual eles podem ser analisados.

Cabe ressaltar, porém, que essa escolha não foi nada ingênua. No meu entender, esses autores oferecem um campo conceitual a partir do qual a vida pode ser pensada em sua potência de variação. Desse modo, para realizar essa análise, proponho uma inversão na ordem, começando a falar primeiro sobre subjetividade, passando pelos modos de subjetivação até chegar à noção de sujeito.

¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

² “VIII Encontro Científico da Pós-Graduação em Psicologia: Modos de subjetivação no contemporâneo”, realizado no dia 25 de novembro de 2009, na UNESP – Assis.

Subjetividade

Começo com a noção de subjetividade tal como compreendida por Félix Guattari. Para este autor, a “(. . .) subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31). Já, de início, o autor esclarece que a subjetividade não implica uma posse, mas uma produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. Nesse caso, o outro pode ser compreendido como o outro social, mas também como a natureza, os acontecimentos, as invenções, enfim, aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social. Por isso mesmo, esse autor complementa sua análise dizendo que a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (idem).

Ao mesmo tempo, Guattari alude à existência de uma tradição filosófica que atribuiu ao sujeito uma “natureza humana”. Sob esse ponto de vista, o simples fato de existir enquanto espécie seria suficiente para atribuir ao humano uma essência. Em larga medida, somos atravessados por essa concepção que, por diferentes vias, colabora para que a nossa vida seja organizada de maneira bastante fixa, valendo-se de regras e valores instituídos que, ao ganharem uma configuração dominante, são legitimados como algo que deve assim permanecer.

Como poderíamos nos descolar dessa tradição filosófica que por séculos esteve presente no pensamento ocidental? Retomando as ideias de Guattari, vemos que a subjetividade é por ele compreendida como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Esses componentes são resultantes da apreensão parcial que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Nesse sentido, valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros. Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva.

É necessário acrescentar que a difusão desses componentes se dá a partir de uma série de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico. É nessa dinâmica mutante que os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação, enfim, de uma lista vasta que tem como principal característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na vida social. Assim, esses componentes ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente. Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento.

Obviamente, há sempre o risco de que essas invenções sejam capturadas e transformadas em novas referências a serem simplesmente reproduzidas pela coletividade. Diversas são as tentativas que buscam fixar a força subjetiva produtiva e dar-lhe uma determinada direção. Ao tomar uma posição dominante e organizada, a reprodução desses componentes desqualifica aquelas ações que colocam a vida em movimento. Guattari enfatiza: “Tudo o que é do domínio da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar deve se encaixar de

algum jeito nos registros de referências dominantes” (idem, p.43). Assim, à medida que essas referências são fortalecidas, elas travam uma verdadeira luta para abafar aquilo que Guattari denomina como “processos de singularização”. Estes podem ser compreendidos como uma espécie de desvio, de escapatória frente às tentativas de traduzir a existência pelo crivo dominante do capital. Guattari explica:

O que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (Guattari & Rolnik, 1996, p. 47).

Fica visível que, para esse autor, existimos e produzimos subjetividades em meio a uma luta. Um outro ponto importante a ser considerado é que qualquer mudança social passa necessariamente por essa produção viva e mutante de subjetividades. Vemos que, aí, o autor resgata a dimensão política dessa invenção. A matéria prima que compõe as subjetividades são variáveis e historicamente localizadas. Há todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem. A recusa, assinalada por Guattari, envolve uma aproximação da dimensão desejante da vida, para que, conectados a ela, possamos inventar novas maneiras de experimentar e perceber os encontros.

Portanto, quando recorremos em nossos estudos à noção de subjetividade, tal qual pensada por Guattari, estamos referidos a uma matéria-prima viva e mutante a partir da qual é possível experimentar e inventar maneiras diferentes de perceber o mundo e de nele agir. O encontro com esses componentes possibilita fazer conexões díspares e inesperadas, precipitando movimentos que insistem em suas misturas e desvios. Assim, novos componentes são recorrentemente inventados e abandonados tendo, portanto, valor e duração históricos.

Para compreender como esses componentes subjetivos se agrupam e, por isso, ganham contornos distintos, passaremos a analisar, a partir de agora, uma outra noção aqui proposta: os modos de subjetivação.

Modos de Subjetivação

É com Michel Foucault que passo a percorrer essa noção, recorrendo a uma entrevista denominada “Sujeito e Poder”, na qual ele esclarece:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (Foucault, in: Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231)

Ao empenhar-se na investigação histórica de como são compostas as maneiras de existir do sujeito, Foucault faz diferentes apanhados: resgatando os gregos e suas práticas de “cuidado de si”, passando pela descrição e análise da sociedade disciplinar e atentando-se para a emergência histórica do Estado e de suas intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população. Essas investigações tiveram por objetivo

conduzi-lo a uma compreensão de como os modos de subjetivação são constituídos e disseminados.

Vejamos como Foucault faz a análise dos modos de subjetivação recorrendo, primeiramente, aos seus estudos sobre o estoicismo. Ele encontra, nos gregos, uma forma de vida a partir da qual o sujeito, por meio do denominado “cuidado de si”, não o toma como uma regra rígida a ser seguida por todos como conduta geral, institucionalizada ou imposta. Ao contrário, o cuidado de si configurava-se como uma forma de viver facultativa que era acolhida espontaneamente por aqueles que assim o desejasse. Desse modo, essa decisão era tomada apenas por uma parcela pequena da população que escolhia ter uma vida considerada como bela e, a partir dessa escolha estética, tinha interesse e disponibilidade para assumir os cargos públicos. Somente aqueles que tinham condições de cuidar de si e tomavam essa tarefa como uma forma de vida (que pressupunha diferentes exercícios regulares e na maioria das vezes austeros), poderiam cuidar dos outros, governando as cidades. Foucault argumenta:

Na Antiguidade, esta elaboração do si e sua conseqüente austeridade não é imposta ao indivíduo pela lei civil ou pela obrigação religiosa; trata-se, ao contrário, de uma escolha feita pelo indivíduo para a sua própria existência. As pessoas decidem por si mesmas se cuidam ou não de si [...] Agiam, antes, de modo a conferir a suas vidas certos valores (reproduzir exemplos, deixar uma alta reputação para a prosperidade, dar o máximo possível de brilhantismo às suas vidas). Era uma questão de fazer da vida um objeto para uma espécie de saber, uma técnica, uma arte. (Foucault, in: Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 270).

Foucault constata que havia, entre os gregos, diversos procedimentos a partir dos quais era possível construir um exercício de cuidado sobre a própria existência. Compreende-se, então, que a opção por construir uma vida bela poderia ser escolhida por qualquer um, mas não encontrava a adesão de toda a população, uma vez que fazer isso implicava uma série de condutas e restrições que nem todos estavam dispostos a acolher. Daí que, além de uma dimensão ética do cuidar de si, estava colocada ao mesmo tempo a necessidade de tomar uma posição política diante da própria existência, uma posição que favorecia também a construção de uma estética.

Dessa maneira, aquele que optasse por construir uma vida bela, por meio do cuidado de si, tinha também por objetivo um exercício político, ou seja, estava disposto a transformar seus hábitos e valores com o intuito de governar a cidade. Quem escolhesse esse caminho, precisava desenvolver a habilidade para suportar tanto os períodos de maior riqueza quanto aqueles de maior privação e dificuldade, sem que qualquer uma dessas duas situações extremas pudesse provocar abalos significativos na maneira de governar. Para conquistar essa segurança, o cuidado de si era indispensável, visto que, por meio dele, era possível manter um constante questionamento sobre as atitudes que deveriam ser tomadas em cada circunstância (favorável ou adversa) com vistas a melhorar a vida dos governados. Na obra *História da Sexualidade III – O Cuidado de Si*”, Foucault descreve mais detalhadamente aquilo que os gregos procuravam desenvolver. Trata-se de

(...) uma arte da existência que gravita em torno da questão de si mesmo, de sua própria dependência e independência, de sua forma universal e do vínculo que se pode e deve estabelecer com os outros, dos procedimentos pelos quais se exerce seu controle sobre si próprio e da maneira pela qual se pode estabelecer a plena soberania sobre si. (Foucault, 1985, p. 234)

Podemos considerar, nesse caso, que a escolha estética e política, por meio da qual se acolhe um determinado tipo de existência é compreendida por Foucault como *um* modo de subjetivação possível. Os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e, cabe insistir, mutantes.

Mas, como os modos de subjetivação são transformados? Dando continuidade às suas investigações sobre os gregos, Foucault assinala a emergência de uma ruptura histórica. Já no estoicismo, algo se altera quando, frente a uma determinada forma de existência, começa-se a afirmar: “Você é obrigado a fazer isso porque é um ser humano”. Vemos que emerge, pois, um discurso distinto, marcado pela obrigatoriedade do cuidado de si, que introduz uma mudança decisiva no modo de subjetivação anteriormente descrito. Aquele conjunto de regras até então facultativas transforma-se em uma obrigação. Assim, o estoicismo passa a utilizar o cuidado de si como uma espécie de combate às fraquezas do “eu”, as quais se tornam fortemente associadas ao prazer e ao mal. Com isso, segundo Foucault, o próprio estoicismo acabou fornecendo condições para que fossem dados os primeiros passos em direção ao ascetismo cristão, baseado nos julgamentos morais, nas penitências e nas purificações. Esse fato, por sua vez, abriu caminho para a produção de um modo de subjetivação distinto (Foucault, 2004).

Pode-se perceber, por conseguinte, que, no decorrer da história, os modos de subjetivação sofrem as mais variadas transformações. Nessa perspectiva, interessado em compreender a problemática da produção do sujeito nos dias atuais, Foucault comenta as lutas políticas que se fazem necessárias em nosso tempo. São lutas

(. . .) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (Foucault, in: Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 235)

No seu entender, o final do século XX é marcado pelo terceiro tipo de luta que coloca em evidência os modos de subjetivação e as possibilidades de resistência que eles atualizam. Resistir hoje se torna uma ação política quando, por exemplo, recusamos o individualismo já tão naturalizado em nosso cotidiano e insistimos nos encontros, fazendo circular as invenções microssociais de novas formas de vida que não se reverterem em regras universais obrigatórias. A regra universal, ao pretender englobar a totalidade dos indivíduos, comprometendo-os com a obediência, simplesmente inviabiliza o contato com a diferença e com a criação de novas possibilidades de existir.

Seguindo a investigação sobre os modos de subjetivação, cabe perguntar: quais modos de vida precisam ser abandonados e quais outros pedem passagem em nossos dias? Qual a potência que temos para produzir outros modos de existir e colocá-los em circulação no social? É perceptível o quanto os estudos de Foucault convocam para uma análise do presente e das nossas possibilidades de transformação. Para isso, ele resgata a dimensão histórica que atravessa os modos de subjetivação, descartando, assim, qualquer pretensão de universalidade.

Sujeito

Pautados nessas interrogações, podemos passar à análise do terceiro conceito proposto nessa apresentação: o de sujeito. Para fazê-lo, recorreremos aos estudos de Gilles Deleuze que, na obra “Empirismo e subjetividade”, observa. “E, olhando bem, isso é tão-só uma outra maneira de dizer: o sujeito se constitui no dado”. (Deleuze, 2001, p. 118)

Pode-se notar que essa consideração de Deleuze também rompe com a noção de uma unidade evidente atribuída ao sujeito, ou seja, com a noção de um ser prévio que permanece. Para ele, o sujeito não está dado, mas se constitui nos dados da experiência, no contato com os acontecimentos. Questionamos: como isso acontece? Nos diferentes encontros vividos com o outro, exercitamos nossa potência para diferenciarmos de nós mesmos e daqueles que nos cercam. Existem diferentes maneiras de viver tais encontros. Alguns deles podem passar praticamente despercebidos. Já outros são fortes, marcantes e até mesmo violentos.

Dependendo dos efeitos produzidos pelos encontros, o sujeito é praticamente “forçado” a questionar e a produzir sentidos àquela experiência que emergiu ao acaso e que, sem consulta, desorganizou um modo de viver até então conhecido. Obviamente, o contato com esse tipo de dado e de acontecimento gera uma série de estranhamentos, incômodos e angústias. A vida se desenrola nesse campo complexo do qual fluem ininterruptamente os dados e os acontecimentos. Os enfrentamentos aí emergentes não conhecem parada.

Deleuze continua sua análise sobre o sujeito recorrendo também à Foucault. Partindo do pressuposto de que a vida acontece nesse campo problemático complexo, onde os dados podem ser tomados como forças, ele mostra que existem as forças que afetam o sujeito de diferentes maneiras e perturbam uma organização mais conhecida, que convencionamos chamar de “eu”. Essas forças que circulam do lado de fora mantêm entre si uma relação de enfrentamento, de luta e de choque. Assim, acrescenta Deleuze:

O lado de fora diz respeito à força: se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível, que não tem mais sequer forma, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre a outra ou recebe a ação da outra. (Deleuze, 1988, p. 93)

Por isso mesmo, o sujeito não pode ser concebido como uma entidade pronta, mas ele se constitui à medida que é capaz de entrar em contato com essas forças e com as diferenças que elas encarnam, sofrer suas ações e, em alguma medida, atribuir-lhes um sentido singularizado. Nesse movimento, parte delas passa a compor o homem, dando uma forma (provisória) para o “lado de dentro”. Quais são essas forças que compõem o homem? Salienta Foucault: “(. . .) força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer” (Deleuze, 1988, p. 132). Cabe assinalar que a potência de ação dessas forças também é variável. Assim, diante de uma dada experiência vivida, elas podem ou não se manifestar.

O sujeito, nessa perspectiva de análise, só pode ser analisado a partir de uma processualidade, de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva. Ele é construído à medida que experiencia a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos, afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro. Sob essa ótica, a produção do sujeito envolve um movimento que não conhece sossego, pois ele não está dado de uma vez por todas. Dessa maneira, ele pode

ser sentido e percebido como uma existência particular e histórica, à medida que desenha territórios subjetivos que são investidos desejantemente. Entretanto, esses territórios nada mais são do que composições provisórias de forças.

Qualquer tentativa de cristalizar esse movimento das forças, qualquer pretensão de discipliná-las ou mesmo de reprimi-las, faz com que a noção de sujeito ganhe contornos transcendentais. Ao transcender, a compreensão do sujeito fica colada a uma essência, a uma entidade ou, por que não dizer, a uma identidade – tal como vimos no início desta análise.

Portanto, a maneira como Deleuze analisa a produção do sujeito remete a uma aventura que é recorrentemente colocada nessa constituição de si e nas variações produzidas pelos encontros intensivos com o outro. Pensar a noção de sujeito remete a um campo complexo de problematizações: afinal, que posso vir a ser no encontro com os dados de cada experiência que me advém? Com quais outras forças posso me compor e o que pode devir desse movimento?

Nesse sentido, é impossível manter qualquer tipo de controle ou planejamento sobre o que vai emergir, enquanto modo de vida, a partir do contato do sujeito com os dados. Para Deleuze, a composição de si envolve um processo vivo e, portanto, provisório, uma vez que o sujeito está vulnerável à ação de novas forças e dos acontecimentos. Daí a sua insistência em afirmar: “Se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito, sujeito prático” (Deleuze, 2001, p. 118).

Considerações Finais

Ao tomar em análise parte da produção desses três pensadores, é notável o quanto a dimensão política da vida se faz presente na construção dos conceitos por eles proposta. Cada um, a seu modo, alerta sobre a necessidade histórica de travar novas lutas em favor da produção da diferença de si e do outro. Tais lutas envolvem uma problematização sobre a organização social que já construímos, bem como sobre as outras que podemos vir a construir.

Assim, à medida que, conforme ressaltado por Foucault, estamos organizados neste tempo histórico por um Estado que se vale dos mais diferentes dispositivos de controle para manter-se em seu formato já instituído, contando para isso com toda uma rede de poder-saber organizadora, cabe dizer que é dentro dessa organização que as resistências se ensaiam. Estamos falando daquilo que atravessa toda a obra desses autores: a produção viva de si no encontro com o outro. Essa produção incessante atualiza a potência coletiva para transformar a realidade social.

Por fim, pode-se dizer que as questões geradas pela análise desses conceitos levam-nos a considerar que uma pesquisa em Psicologia que se utiliza desses conceitos seria inoperante se não fosse acompanhada também de uma ação política, ou seja, da preocupação de ir além da investigação sobre os modos de viver. Isso significa lutar para imprimir o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais. E, para isso, cabe-nos a difícil tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Diferença a partir da qual o outro, em seus movimentos de diferenciação complexa e na sua dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um cumpridor de novas normas universalizadas. Isso implica conceber a subjetividade, os modos de

subjetivação e o sujeito como construções que não se fecham em uma entidade apaziguada.

Mansano, S. R. V. (2009). Subject, subjectivity and modes of subjectivity in contemporary world. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117.

Abstract: *During this presentation, we will cover the concepts of subject, subjectivity and modes of subjectivity from the considerations made in some works of Gilles Deleuze, Félix Guattari and Michel Foucault. Each of these concepts is present in different ways in many studies performed by the area of Psychology, demanding, then, an assessment of the theoretical and philosophical implications they pose. Thus, in this exhibition, you can see how the concepts mentioned are used by these authors aiming to investigate ways by which life can be released and analyzed from new perspectives.*

Keywords: *subject, subjectivity, modes of subjectivity.*

Referências

- Deleuze, G. (1988). *Foucault* (C. S. Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2001) *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume* (L. B. L. Orlandi, trad.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (S. Rolnik, trad, v. 4). São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (1985). *História da Sexualidade III: O cuidado de si* (M. T. C. Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2003). *Sexo, poder e indivíduo: Entrevistas Seleccionadas* (D. Souza & J. L. Silva, trads., 2a ed.). Desterro: Nefelibatas.
- Foucault, M. (2004). *A Hermenêutica do sujeito – Curso do Collège de France, 1981 – 1982* (S. T. Muchail, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política* (E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, trads.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Rabinow, P. & Dreyfus, H. (1995). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Recebido: 17 de dezembro de 2009.

Aprovado: 15 de janeiro de 2010.